



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0540/12	DATA: 09/05/2012
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 17h31min	DURAÇÃO: 02h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h20min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Houve manifestação na plateia.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 35ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas cópias da ata da 34ª reunião, realizada em maio de 2012. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Já que foi distribuída, Sr. Presidente, pedimos a dispensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a solicitação do Deputado Padre Linhares, e se não houver discordância, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente. Anuncio aos Srs. Deputados o recebimento do Ofício nº 061/2012, da Liderança do PRB, comunicando a saída do Deputado Márcio Marinho desta Comissão Especial do PNE e indicando, no Ofício nº 065/2012, o Deputado José Guimarães, do PT do Ceará, para compor a vaga de titular do PRB na Comissão destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o PNE.

Sobre a mesa, requerimento de inclusão na pauta apresentado pelo Deputado Ivan Valente, com apoio regimental de um terço do colegiado, nos seguintes termos:

*“Nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. a inclusão na ordem do dia para apreciação imediata do Requerimento nº 8.212, de autoria do Deputado Izalci.”*

O Deputado se refere ao Requerimento nº 8.211, que, nos termos do art. 219, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita a convocação de



Ministros de Estado para prestar informação sobre o financiamento do Plano Nacional de Educação:

*“Sr. Presidente, requeremos nos termos regimentais sejam convocados a esta Comissão Especial o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos relativos à proposta do Poder Executivo sobre o financiamento do PNE.*

*Justificativa.*

*O Plano Nacional de Educação completa quase um ano de tramitação na Câmara dos Deputados e, nesse período, foram ouvidos em audiência pública diversos representantes de movimentos sociais, especialistas e estudiosos da educação no País. (...)*

Sala das Comissões, março de 2012.

Continua discorrendo sobre essa questão, cuja leitura peço a dispensa, se os membros assim concordarem.

Assinaram o requerimento os três Deputados que o encabeçaram à época: Paulo Rubem Santiago, Izalci e Dr. Ubiali.

Para encaminhar a votação, o Regimento recomenda 5 minutos para o autor do requerimento e 5 minutos para a defesa contrária.

Com a palavra os Deputados Ivan ou Izalci.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - São dois autores, um pede a inclusão, o outro é o conjunto autor do instrumento.

O autor será o Deputado Ivan ou quem fez o requerimento?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Nessa primeira fase, é quem fez o requerimento extrapauta.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero explicar por que apresentamos esse requerimento extrapauta.



O requerimento foi assinado por três Deputados desta Comissão: Paulo Rubem Santiago, Izalci e Dr. Ubiali. Tivemos duas iniciativas. Primeiro, havia a proposta de trazer a esta Comissão o Ministro da Fazenda, a pessoa responsável no Ministério por tratar das questões do Orçamento, econômicas, das questões que respondem pelo gasto público no País. Insistimos demais, foram meses a fio pedindo a presença do Ministro da Fazenda na Casa. E ele não compareceu. O Governo se negou a vir aqui discutir a matéria.

Por meio da intermediação de Líderes — em contato com a Presidência desta Comissão — e com a imensa boa vontade de seus membros foi proposto o contrário, ou seja, que uma comissão inteira se dirigisse ao Ministério da Fazenda. Quero deixar claro que particularmente sou contra. Fizemos isso como uma gentileza, como uma atitude civilizada: ouvir o Ministro lá, no Ministério da Fazenda, sem que a discussão fosse pública, numa tentativa de conseguirmos ampliar o que é o essencial desse plano, o coração do plano, que é o seu financiamento para chegarmos à meta que na verdade é consenso nesta Comissão, mas que, na hora de colocar no papel, não se efetiva. São os 10% do PIB para a educação.

Muitos Deputados estiveram presentes, e nós saímos muito frustrados dessa reunião, primeiro, porque o Ministro mostrou não ter, naquele momento pelo menos, noção do que era um plano estratégico de 10 anos e três governos. Ele não tinha noção, não sabia o que era um plano decenal — e já era o segundo.

Em segundo lugar, argumentos foram muitos, mas nenhum deles nos convenceu de que chegar a 10% do PIB seria um absurdo no País. Inclusive houve um rebatimento: o Ministro nos perguntou se estávamos colocando no concreto que queríamos mais 220 bilhões de reais em 10 anos. Dissemos que sim, porque se o Governo gasta 220 bilhões só de juros em 1 ano, pode gastar em 10 anos. E não estou falando de amortizações e de rolagem da dívida, Deputado Gilmar. Isso dá quase 700 bilhões.

Então, é evidente que o Ministro não conseguiu entender essa questão. Ou seja, o Governo continua na retranca porque ele separa grande parte do Orçamento para pagar juros e outras questões. A educação continua não sendo prioridade. E qual é a nossa convicção? É a de que, se não houver investimento maciço, não haverá a melhora da qualidade da educação, não haverá a integração de milhões de



jovens brasileiros na escola pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino em nosso País. E assim continuaremos empurrando o problema educacional e o passivo educacional com a barriga.

Por que devemos trazer o Ministro até aqui? Porque a educação precisa ganhar visibilidade pública. Esta discussão não é clandestina, é aberta para a sociedade. Esta discussão precisa ser feita publicamente, e que se diga então quanto se gasta em cada questão e se não é possível, com a pressão da sociedade civil e da opinião pública, chegarmos a um patamar que não é deste Governo.

Quero deixar bem claro que não é deste Governo que estamos falando, mas dos próximos Governos. O Governo atual não pode ser responsável pela responsabilidade fiscal. Tem de ser responsável pela responsabilidade social. E, ao propor os 10% do PIB — finalizo com isso —, não estamos sendo irresponsáveis fiscalmente. Estamos sendo responsáveis com a juventude brasileira, com o futuro deste País e com outro modelo de desenvolvimento calcado na educação, na criação de uma juventude que tenha formação profissional, cultura e que se eliminem as desigualdades sociais no País.

Por isso entendemos que o Ministro deve essa satisfação à sociedade brasileira e não apenas à Comissão Especial de Educação. Acho que esta Comissão faria muito bem em trazê-lo aqui. E podemos avançar no gasto público com educação, para dizermos que educação é prioridade de verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Newton Lima, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator Angelo Vanhoni, colegas da Comissão, antes de mais nada, quero pedir desculpas por ter que me retirar, porque, junto com o Senador Romero Jucá, vamos debater com o Ministro Pimentel sobre a Comissão Mista para admissibilidade da Medida Provisória nº 563, de 2012, que temos a honra de presidir. Por isso não vou poder continuar neste primeiro debate, mas volto para a discussão do conteúdo do relatório do Deputado Angelo Vanhoni.

Em segundo lugar, quero chamar a atenção de todos para algo que está ocorrendo e para o que não estamos dando, no meu entendimento, o devido valor: o



pré-relatório do Deputado Carlos Zarattini, que vem acolher, até este momento... É preciso que nós cerremos fileiras nessa grande causa, como as entidades que estão aqui. Quero cumprimentar a UNE — União Nacional dos Estudantes, a UBES — União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e todas as entidades da sociedade civil pela luta pelos *royalties* do petróleo para educação, ciência e tecnologia. (Palmas.)

Essa, para nós, é uma questão fulcral, porque o Senado não fez o serviço que deveria, aprovou um fundo social para o pré-sal e não reviu a Lei do Petróleo. Portanto estamos pendurados num decreto do Presidente Lula e da Presidenta Dilma para segurar os fundos no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e não temos a segurança de que os recursos, os *royalties* do pré-sal vão para educação, ciência e tecnologia, como todos queremos.

Quero aproveitar a oportunidade deste momento de encaminhamento contrário ao requerimento do Deputado Ivan Valente e chamar a atenção para o fato de que vamos fazer um grande ato com entidades, com as duas Comissões, ao meio dia da próxima quarta-feira, com a presença da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com requerimentos à CNI — Confederação Nacional da Indústria, além de entidades de movimento social, para que possamos apoiar o Deputado Carlos Zarattini na sua luta a favor dos *royalties* do petróleo, a fim de que Governadores e Prefeitos usem o dinheiro corretamente naquilo que nos importa, que são essas duas ações estratégicas para o crescimento da cidadania no Brasil.

Por que estou encaminhando contra o requerimento dos Deputados? Não por discordar da essência do tema dos 10%, até porque seria incoerência, em razão da minha história política e da emenda dos 10%, que eu assinei. O detalhe fundamental de estarmos aqui, e precisamos pensar nesta discussão sob o ponto de vista tático e estratégico da aprovação do Plano Nacional de Educação, é que tivemos a oportunidade de debater com o Ministro da Fazenda, ao longo dos meses, com o Ministro da Educação, com representantes do Ministério.

Nós da bancada do PT argumentamos sobre a necessidade de alcançar o maior patamar possível, se possível, 10%, e ouvimos da autoridade financeira da Fazenda do Brasil sobre a impossibilidade de fazê-lo neste momento da história, abrindo a possibilidade de que, na revisão do PNE, estabelecida na proposição e na



lei, possamos fazer, devido à situação macroeconômica mundial, um acréscimo a esse valor.

Pois muito bem, a discussão é: se este requerimento ganhar, haveria a oportunidade, como disse o Deputado Ivan Valente, de colocarmos mais uma etapa de discussão no financiamento. Temos até uma Subcomissão, presidida pelo companheiro Paulo Rubem Santiago, que vai esmiuçar essa discussão, para que nos preparemos cada vez mais para o tema do financiamento.

Agora a pergunta é a seguinte: à medida que nós, até aqui, já sabemos a posição do Governo, a posição do Ministério da Fazenda, os argumentos que foram apresentados, vale a pena continuar procrastinando a votação do Plano Nacional de Educação? Essa é uma discussão tática e estratégica que temos que fazer.

Eu me somo ao Fórum Nacional de Educação, que ontem aprovou, mais uma vez, a necessidade de votarmos o PNE imediatamente, não só porque já estamos atrasados e porque é preciso pontuar o volume de recursos e as metas de 2013 a 2023, mas porque nós temos eleições municipais este ano. É preciso que os mais de 15 mil candidatos a Prefeito que vão se inscrever para as eleições de outubro saibam o norte que estamos aprovando no Plano Nacional de Educação e se comprometam com a elaboração do Plano Municipal de Educação à luz do que aqui aprovamos.

Portanto, nosso encaminhamento é contrário ao requerimento. Já tivemos inúmeras oportunidades de fazer este debate. É hora de votarmos o relatório do Deputado Angelo Vanhoni. Tenho certeza absoluta de que vamos dar um passo muito concreto. Não é possível desprezar 7,5%, 8% neste momento, que é uma evolução histórica. O que nos interessa fundamentalmente neste ano é aprovar o PNE, aprovar o relatório do Deputado Carlos Zarattini, vinculando os *royalties* do petróleo à educação, ciência e tecnologia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado Newton Lima.

Havendo sido feita a manifestação contrária e a favor, vamos pedir orientação às bancadas, para a sequência do voto nominal.

Como vota o PSOL?



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, o PSOL vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Estamos votando o requerimento de inclusão em pauta. Não estamos votando o mérito do requerimento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu tenho 1 minuto para falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Tem 1 minuto, mas pode dispensá-lo. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não vou dispensar. O PSOL é pequeno e precisa de tempo para falar, inclusive para responder ao Deputado Newton Lima, rapidamente.

Quero dizer que é um erro nós não explorarmos todas as possibilidades de pressionar o Governo, de mobilizar a sociedade pelos 10% do PIB. É um erro desmobilizar a sociedade agora.

Eu entendo que nenhuma transigência por parte de todas as entidades dos estudantes, dos professores, da sociedade civil organizada deve ser dada. Nós não podemos aceitar recuar de uma proposta que já se tornou histórica. Tenho certeza, Deputado Angelo Vanhoni, de que 7,5%, em 2022, se aprovarmos este ano, é muito pouco, é insuficiente, é continuar com a educação de baixa qualidade que temos. São 10% do PIB! De qualquer maneira, nós não vamos transigir sobre isso e queremos o compromisso do Governo.

Por isso nós queremos inclusão na pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Para orientar a votação, PSD.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - O Deputado encaminhou contra ou a favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não, ele fez a manifestação do PSOL, orientando a favor da inclusão do requerimento, não é isso? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Vota "não". Já estivemos com o Ministro. Temos que votar rápido pelos 10% do PIB para a educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*



Como vota o PTB?

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, nós já estivemos com o Ministro. Ficamos 4 horas ouvindo e falando com ele. Todos os Deputados que quiseram expor suas posições o fizeram. Então, no meu entendimento, não há por que convocar ou convidar o Ministro neste momento. Nós temos que, o mais urgentemente possível, votar o PNE, cada um com sua consciência, com aquilo que pensa ser melhor para o Brasil.

O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o Bloco PV/PPS?  
(Pausa.)

Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, assim como estamos recuperando, 80 anos depois, o manifesto dos pioneiros da educação, o PDT não quer entrar para a história da educação e, daqui a 80 anos, quando pesquisarem esta reunião e a tramitação desta matéria, que descubram que os partidos que têm vínculos com o movimento sindical, com os movimentos sociais se negaram a trazer a autoridade econômica para convencê-la das teses que defendem.

O Ministro da Fazenda vai a São Paulo e se reúne com a FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos, vai a São Paulo e se reúne com a FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em Brasília recebe os maiores empresários, porque é Ministro da República. E, para discutir um plano decenal de educação, o que se fez foi um monólogo, um mero ato declaratório. Uma república não é transparente se sua autoridade econômica principal não convence transparentemente. Dizer “não” não é convincente, não é pedagógico.

Por isso o PDT entende fundamental aprovar o requerimento, incluí-lo na pauta, em nome da transparência, da democracia, da história da luta pela educação neste País. Há 80 anos os pioneiros nos diziam que não se pode submeter a educação à ordem macroeconômica, porque mesmo desenvolvimento econômico e estabilidade não prosperam sem o fundamento da educação pública de qualidade.

Por isso o PDT inclui na pauta e vai votar, no mérito, a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSB?



**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, o PSB, como signatário deste documento, vota a favor da convocação do Ministro, na mesma linha que o PDT está seguindo. Nós achamos que o Ministro vir à Casa esclarecer...

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Para orientar é preciso ser Vice-Líder ou Líder do partido?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Vice-Líder pode.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - O Deputado Dr. Ubiali é Vice-Líder?

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Não. Não sou Vice-Líder. Se não puder, o Deputado Luiz Noé pode orientar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ NOÉ** - O Vice-Líder está aqui presente. Não estava sendo seguida a regra. Mas já que foi exigido que seja feita a orientação pela Vice-Liderança do partido, o partido concorda com os 10%, mas discorda da convocação do Ministro.

Por isso orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PR?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, estou notando que a tendência da Comissão é votar pelos 10%. Mas temos que ter um cuidado muito grande com o veto.

Eu acho que é importante, em razão da reunião que foi feita no Ministério da Fazenda, primeiro, para que o Ministro possa avançar no seu entendimento. Segundo, deve haver um trabalho preparatório para que não haja veto do Executivo. Se nós não convenceremos o Ministro da Fazenda, ele pode orientar no sentido de vetar os 10%.

Então, eu acho justa a presença dele aqui, para convencimento. Pelo encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - “Sim” ou “não”? (*Pausa.*)

“Sim”.

Como vota o Democratas?

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - O Democratas referenda os 10%.



O Ministro Mantega já nos recebeu. Não entendo o incômodo que existe de ele vir à Comissão, embora entenda que o jogo já está iniciado, nós já sabemos as posições. Agora o jogo tem que se dar dentro desta Comissão, com a posição de cada Deputado. Sempre que pegam o microfone, dizem que querem 10% do PIB.

Eu acho que já pedimos bênção e que ele já manifestou sua posição de Ministro. Agora cabe a cada um de nós assumir a responsabilidade com a educação e com a Nação, pelos 10%. Mas, em respeito aos meus colegas, oriento “sim”, para apoiar a entrada do requerimento na pauta. Mas entendo que é perda de tempo. Nós já sabemos qual é a posição do Ministro Mantega.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSDB?

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que nós estamos diante de uma situação colocada como fato consumado. Agora, nós também temos que lutar pelas prerrogativas do Legislativo. Eu não vejo por que um Ministro da República do Brasil ter qualquer receio de vir à Comissão de Educação da Casa para discutir a principal política pública da Nação, que é educação.

Eu reconheço que nós fomos recebidos em seu gabinete, mas eu quero lembrar principalmente ao Partido dos Trabalhadores que nem se quer brifaram o Ministro. S.Exa. não sabia do que se estava tratando; o Ministro não sabia o que era o Plano Nacional de Educação. Eu acredito que, ao vir aqui, certamente virá mais preparado. Terá o cuidado de mergulhar no tema, que é extremamente importante, e nos dará as explicações de por que o Governo acredita que, num espaço de 10 anos, não é possível alcançar os 10%. Se não podemos alcançar a partir do ano subsequente, por que não de maneira gradativa, quando forem — acredito que até o próximo — resolvidas as questões dos *royalties*, como muito bem falou o Deputado Newton Lima.

Então, se o Governo tem maioria nesta Casa e pode, no processo de votação e definição, estabelecer para onde irão os *royalties* do petróleo, por exemplo, que é uma das fontes de financiamento que estamos aguardando, por que não estabelecer, de forma gradativa, o alcance desse percentual.



Eu gostaria de escutar o Ministro a respeito dos empecilhos, dos obstáculos que o Governo coloca, até para ter maior transparência na definição das nossas posições por ocasião da votação.

Então, “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Sr. Presidente, aqui a sociedade civil está toda reunida, mas nós temos de ser bastante objetivos. O nosso encontro com o Ministro foi bastante, eu diria, transparente. Trazê-lo aqui seria retardar nosso julgamento.

O PP vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO BIFFI** - Sr. Presidente, sem abrir mão da defesa da escola pública, da valorização profissional e de mais recursos para a educação, o PT, com certeza, defende os 10%. Já tiramos inclusive isso do Congresso Nacional, do partido.

Com relação a discutirmos se trazemos o Ministro ou não, já fizemos esse embate com S.Exa., que nos recebeu por mais de 2 horas. Só os Parlamentares — fui eu que cronometrou todo o trabalho — falaram mais de 1,5 hora. Todos nós, todos os partidos expuseram suas posições, com as entidades presentes inclusive. Defendo aqui o Ministro. Ele conhece sim o PNE, porque não foi a primeira reunião que fez sobre o PNE.

Então, Sr. Presidente, o partido entende que está esgotado o debate com o Ministro. A questão é interna nossa. Temos que ir para o convencimento dos 10%.

Portanto, somos contra a convocação do Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

Nós temos quatro Deputados — eu, na Presidência. Se os três não quiserem fazer o voto, eu faço pelos três. *(Pausa.)*

Minha votação, pela orientação de bancada, é pela não convocação do Ministro.

**O SR. DEPUTADO RAUL HENRY** - Eu não sei como se dá o encaminhamento. Nós vamos ter votação nominal, eu creio. Porque eu acho que



não é absolutamente nenhum demérito para um Ministro vir à Casa do povo brasileiro discutir tema fundamental para um projeto nacional.

Meu voto, meu caro Presidente Lelo Coimbra, companheira Teresa Surita, é pela convocação do Ministro. Farei na hora da votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.

Como vota o Líder da Minoria? (*Pausa.*) Não há presença aqui.

Como vota o Líder do Governo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, é a primeira vez exatamente que fui indicado para substituir um colega hoje do PNE. Não é o fato de ser, caro colega, a primeira vez que estamos autorizados ou não a discutir tema tão estratégico para o futuro do Brasil para as atuais e futuras gerações.

Tenho acompanhado porque minha bancada tem discutido isso bastante, inclusive o Governo... Dizer que o Governo não quer discutir esta matéria... A prova é tanta que, como disse o Líder do PT, o Governo está discutindo esta matéria sim e entende a posição tirada do PT em Congresso.

Há um diálogo que está sendo construído, que está sendo feito. Convocar Ministro agora é forçar a barra. Eu duvido se quem quer convocar o Ministro da Fazenda tem de fato interesse em buscar uma solução para a educação pública no Brasil.

O PT e o Governo, este nosso Governo, têm autoridade sim, meus caros colegas, para falar da educação pública, porque fomos nós, o Governo, que mais investiu na educação pública, no ensino profissionalizante, na interiorização do ensino universitário, na qualificação de professores. Várias iniciativas já foram tomadas. Temos compromissos com as entidades, particularmente com a UNE, que está acompanhando este debate — UNE e UBES.

Vamos trabalhar pelo entendimento e não fazer discurso irracional, como se a vinda do Ministro fosse resolver o problema dos 10%. Não é esse o caminho.

Deveríamos rejeitar este requerimento no seu mérito, para que nós pudéssemos consolidar uma posição estratégica de quem de fato defende a educação pública no País.

Por isso o Governo faz um apelo a sua base para votar “não”, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - É apenas para repelir a manifestação do Líder do Governo, quando fala que quem pensa diferente dele...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - E pode, Sr. Presidente? Não estamos mais discutindo, estamos encaminhando.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - ... está contra a educação. Pensar diferente não é ser contra a educação.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Não há problema em pensar diferente. Não pode é encaminhar agora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Nós vamos resolver.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Eu penso diferente. É um direito que eu tenho.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Vamos votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Nós vamos resolver essa discussão no processo de votação.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Eu pediria ao Deputado Eduardo Barbosa que fizesse a chamada nominal.

Nós vamos ter duas votações: uma para a admissibilidade e outra para o mérito.

**(Não identificado)** - Só haverá a segunda se houver a primeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Só haverá a segunda se passar a primeira. É claro. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Vamos iniciar a chamada inicial para a votação.

PT.

Deputado Angelo Vanhoni.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Voto "não".

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputado Biffi.

**O SR. DEPUTADO BIFFI** - "Não".

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputada Fátima Bezerra.



**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputado Newton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputado Raul Henry.

**O SR. DEPUTADO RAUL HENRY** - “Sim”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputado Renan Filho. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Ausente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputada Teresa Surita.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PSDB, Deputado Eduardo Barbosa, “sim”.

Deputado Nelson Marchezan Junior. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Ausente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputado Rogério Marinho.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - “Sim”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PP, Deputado José Linhares. *(Pausa.)*

Deputado Waldir Maranhão. *(Pausa.)*

DEM, Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Deputada Professora Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - “Sim”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PR, Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - “Sim”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputado Neilton Mulim. *(Pausa.)*

Pelo PSB, Deputado Ariosto Holanda. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Ubiali.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - “Sim”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PDT, Deputado Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - “Sim”.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo Bloco PV/PPS, Deputado Antônio Roberto. *(Pausa.)*

Pelo PTB, Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PSC, Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

Pelo PCdoB, Deputada Alice Portugal.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PRB, Deputado José Guimarães, que ocupa uma vaga pelo PT.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PMN, Deputado Professor Setimo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não, é porque o senhor ocupa uma vaga que foi cedida pelo PMN.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Professor Setimo, que ocupa uma vaga do PMN.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - O.k.

Vamos fazer a chamada dos suplentes.

PMDB. Eliseu Padilha. *(Pausa.)*

Joaquim Beltrão. *(Pausa.)*

Deputado Gabriel Chalita. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*

PSDB, uma vaga, Deputado Alfredo Kaefer. *(Pausa.)*

Deputado Jorginho Mello. *(Pausa.)*

Deputada Mara Gabrilli.

**A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI** - “Sim”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PP, duas vagas, Deputado Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*



Pelo DEM, uma vaga, Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Marcos Montes. *(Pausa.)*

Pelo PR, um voto também.

Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - “Sim”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo PSB, um voto também.

Deputado Luiz Noé.

**O SR. DEPUTADO LUIZ NOÉ** - “Não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pelo Bloco PV/PPS.

Deputado Stepan Nercessian. *(Pausa.)*

Pelo PSC, André Moura. *(Pausa.)*

Pelo PRB, ocupando uma vaga, Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

José Guimarães votou?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Desculpem-me, fui eu que não registrei. Foi voto “não”, não é? O.k.

Está concluída a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Está faltando o registro do PMDB, do meu voto, que é “não”.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Desculpe-me, Presidente, eu deixei o senhor por último.

Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - “Não”.

Por favor, vamos anunciar o número total de votantes, votos “sim” e votos “não”.

**(Não identificado)** - Suplentes do PT não votam?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Número total de votantes:18. Votos a favor: 8; votos “não”:10; abstenção: 0. Rejeitada a proposição de inclusão do requerimento na pauta. Portanto, não foi incluído.

Retornamos à pauta originária, que é a continuidade dos debates, por meio de inscrição para a discussão do relatório do Relator. Informo que a inscrição para a



discussão está encerrada. Nós estamos seguindo as inscrições já realizadas anteriormente.

Com a palavra, pela ordem dos inscritos, o Deputado Pedro Uczai. *(Pausa.)* S.Exa. se ausentou do plenário.

Deputada Mara Gabrilli. *(Pausa.)* S.Exa. se ausentou do plenário.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras que visitam esta Comissão Especial, primeiro eu gostaria de registrar o trabalho realizado pelo Deputado Angelo Vanhoni.

O Deputado Angelo Vanhoni já foi testado nesta Casa Legislativa, por diversas vezes, em temas da maior importância para o Brasil. Presidiu a Comissão de Educação e neste momento...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra garantida a Deputada Alice Portugal, por favor.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Muito obrigada.

Neste momento, o Deputado Angelo Vanhoni, que, repito, foi testado diversas vezes em temas da maior relevância para a realidade educacional brasileira e para a cultura em nosso País, fez um trabalho gigante, visitou os Estados e realizou audiências.

A Comissão de Educação, de maneira concomitante com esta Comissão Especial, realizou audiências em todo o País. Quero registrar a audiência realizada na Bahia, com auditório cheio, no preâmbulo desse debate.

Quero dizer aos estudantes presentes que nós estamos vivendo hoje um momento de afirmação educacional em nosso País. Anos atrás, tivemos vetado um Plano Nacional de Educação. Naquela oportunidade, não tivemos a resistência dos que faziam parte da base do Governo do senhor professor aposentado Fernando Henrique Cardoso, que, quando saiu do Governo, deixou um decreto que proibia a realização de testes de admissão nas escolas técnicas federais. De lá para cá, não só derrubamos o decreto, como foram instalados centenas de novos cursos nos hoje Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



Quero aproveitar para abraçar o Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, o Prof. Edson, que há pouco cumprimentei na reunião que estava cheia e que, neste momento, está vazia. Ou seja, o interesse não é discutir o Plano Nacional de Educação, não é trazer o Ministro Mantega para discutir o Plano Nacional de Educação. O interesse é o embate entre aqueles que hoje estão na Oposição e que antes foram silentes, mudos e cúmplices do veto ao Plano Nacional de Educação no Governo anterior.

Isso para mim é sintomático, por isso parei de falar no momento em que a palavra me foi passada na inscrição que fiz talvez há 4 ou 5 reuniões. Portanto, Deputado Angelo Vanhoni, quero também ressaltar o trabalho da UNE, por intermédio da sua diretoria, e da UBES e da sua jovem diretoria, esses meninos e essas meninas que se deslocam do País todo para cá. Volto aos meus 16, 17 anos, quando acampeei dentro do Congresso Nacional, durante a ditadura. Só que, naquele período, éramos arrastados pelos cabelos, como na pré-história. E estão aqui esses jovens. Os pais e mães que nos assistirem quando a *TV Câmara* repetir essas sessões poderão ter certeza de que eles estão numa escola de cidadania, participando da União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

A Campanha Nacional pela Educação deu aulas nesta Comissão. A CNTE deu aula e deu exemplo. Aqui, fizemos a assinatura dessa emenda dos 10% junto com a CNTE, em luta pelo Brasil pelo cumprimento do piso.

Sabemos das dificuldades, das contradições. Há quem tenha me jogado ao rosto, como pré-candidata que sou em Salvador, que quer me ver pagar o piso, se eu for Prefeita. Acho que esta é uma boa praga. Vamos ser Prefeita.

Sem dúvida, a CNTE deu aulas para todos nós. E o Deputado Angelo Vanhoni soube captar essas opiniões e, em grande e expressiva maioria de seu relatório, asseverou a favor das emendas indicadas pelo movimento social, pelos educadores brasileiros, pelos consultores desta Casa que aqui vieram colaborar com a discussão real do Plano Nacional de Educação. E aqui permanece o Deputado Ivan Valente, que é, sem dúvida, comprometido com a educação neste País e com a soberania nacional, diga-se de passagem. S.Exa. faz uma oposição sistemática — e está no seu papel — mas, objetivamente, aqui está para debater. Quero fazer essa ressalva.



Então, eu quero dizer que o relatório traz metas — são 20 metas — da maior importância. Inclusive, para os ausentes no momento é bom lembrar que o novo Ministro da Educação esteve aqui também conosco e pegou o bonde andando. Mas, como Senador que é, participou preliminarmente também dessa análise.

Por isso, Deputado Angelo Vanhoni, eu quero dizer que o seu relatório merece o nosso voto. Se não fosse a circunstância econômica que nos faz constituir o processo de estímulo à pressão da cidadania, a questão econômica que fez o Ministro da Fazenda, na reunião longa que tivemos, dizer que não pode dar os 10%. Eu quero insistir nos 10% e quero insistir nos 50% do pré-sal, do fundo social do pré-sal para a educação. A não vinda do Ministro aqui não significa a desistência, ou a jogada de toalha em relação à nossa audiência sábia, não significa o jogar da toalha em relação às nossas teses.

Eu, particularmente, Deputado Vanhoni, pela Liderança do meu partido, o PCdoB, estou apresentando em tempo hábil e regimental um destaque para manter a proposta dos 10% do PIB para a educação. Então, estamos mantendo esse destaque, fazendo esse destaque, para insistir nessa discussão. Tenho que reconhecer que chegar a 7,5% com perspectiva de 8,1%, como o Ministro Mantega nos mostrou em dados numa reunião enorme, com a presença das entidades que tivemos com ele, é um avanço.

Então, se hoje fosse essa a decisão final, há que se reconhecer que a curva se dá em forma ascendente. Jamais tivemos tanto investimento na educação neste País: mais de 150 núcleos de Institutos Federais de Educação; e universidades são pelo menos 11 novas, fora as extensões universitárias; além de renovações e criações de *campi* universitários por esse País afora.

No que tange ao Estado da Bahia, por exemplo, sou Relatora do projeto que cria a Universidade Federal do Sul e do Extremo Sul da Bahia, que espero que seja votada no dia 16 de maio, dia em que na Bahia as forças carlistas, que compõem o DEM, hoje, na Câmara dos Deputados, bateram nos estudantes, em todos aqueles que levantaram a bandeira da democracia naquele Estado, dentro do *campus* da Universidade Federal.

Nós vamos apresentar emenda que mantém os 10%. Insisto: o Brasil vem crescendo, devido à natureza correta da política que vem sendo implementada; pela



coragem que teve a Presidente Dilma Rousseff, há alguns dias, de enfrentar os bancos, enfrentar a taxa de juros, para que houvesse condições de diminuir o superávit primário, de enfrentar o mercado, que entende que investir em educação é gasto público; por ser ousado neste momento e exemplar para o resto do mundo aplicando 10% do PIB na educação.

Ao mesmo tempo, o Fundo Social do Pré-Sal é uma jazida, uma riqueza de grande potencial que começa a ser explorada, prospectada. Nós daremos um exemplo mundial de interesse no florescimento da educação se consignarmos 50% do Fundo Social do Pré-Sal — não se trata de 50% do lucro do pré-sal —, que já aprovamos quando votamos a regulação da jazida do pré-sal. Votamos essa regulação. Assim teremos fundos do pré-sal serão destinados à ciência e à tecnologia.

Nós defendemos que 50% do Fundo Social do Pré-Sal sejam destinados à educação. O Brasil dará um exemplo de grande proporção. O Brasil fará um investimento, numa perspectiva de 20 anos ou de 10 anos; fará um investimento decenal que não vai precisar ser os 10% de pronto; fará um escalonamento; constituirá a subida, degrau a degrau, para os 10% do PIB para a educação no País.

Nós temos exemplos e exemplos pelo mundo afora. É óbvio que não podemos fazer medições automáticas, medições que não sejam levadas em consideração um estágio de desenvolvimento, a história. Nós somos um país em que a escravidão foi a maior se comparada com todos os países do mundo. O Brasil foi o último país do mundo a libertar os escravos. O índice de analfabetos no Brasil é muito grande. Paga-se débito social gradualmente. Gradualmente!

Então, não dá para fazer comparações automáticas. Mas nós temos condições, sim, economicamente falando. Vários economistas, professores universitários, doutores sempre têm se pronunciado que não seria uma imprudência econômica. Não é, de forma alguma, imprudência econômica apostar nos 10% do PIB.

Por isso nós temos condições de garantir essa bandeira, essa fidelidade aos interesses dos educadores brasileiros. Nós temos coragem para isso. E muito teve coragem a Presidente Dilma Rousseff de enfrentar o superlucro, se economicamente existir essa categoria.



No seu discurso recente, em 1º de maio, foi posto na Ordem do Dia que nós temos condições de fazer isso. Se não tivermos, pelo menos, nobre Presidente Lelo Coimbra, essa Comissão Especial do PNE, mesmo que o Relator esteja sendo pautado pelos dados econômicos globais, a Comissão tem condições, em um gesto, de aprovar 10%. A Comissão Especial e a Comissão de Educação e Cultura são portadoras da confiança dos educadores brasileiros. Nós nunca fugimos desse compromisso. Nós temos sido porta-vozes. Essas portas estiveram sempre abertas para educadores, estudantes, gestores deste País.

Os reitores dos IFETs, das universidades têm encontrado em nós porto seguro para defender seus orçamentos. Esta Comissão Especial, que é um misto da Comissão de Educação e Cultura, formal, fixa, da Casa, regimental, daria ao Plenário da Casa um recado, votando suprapartidariamente o que o Brasil pode dar e o que a educação precisa. A verdade é esta: não é uma questão de oposição e governo; isso aqui não é um problema de oposição e governo; não é um problema de siglas partidárias e disputas municipais. Esta Comissão se transformaria no símbolo da necessidade educacional brasileira. Deixemos que os partidos se pronunciem no plenário e votemos suprapartidariamente no estudo que fizemos, mesmo não tendo vindo a todas as reuniões. Ninguém veio a todas. Talvez alguns tenham vindo a todos. Mas, particularmente, esforcei-me para entender a natureza da questão. Estudei-a, fui a seminários. O Brasil está em condições de aportar, paulatinamente, não é de imediato, os 10% do PIB para a educação. Nós temos essa condição.

A minha opinião é de que o relatório está muito bom. As metas estão didaticamente selecionadas. Ouvimos os portadores de necessidades especiais. Soubemos ouvir os surdos. Os mudos falaram nesta Comissão. Soubemos ouvir as apreensões e os medos dos gestores. Soubemos ouvir aqui as entidades do movimento social. Os estudantes tiveram voz e vez. Acho que a nossa obrigação é nos transformarmos em depositários da necessidade da educação brasileira e da confiança dos educadores e dos educandos deste País.

Por isso o PCdoB está fazendo o destaque, que, espero, nem precise ser votado, se toda a Comissão se compenetrar no seu compromisso de, suprapartidariamente, votar e, no plenário, lutarmos para que os partidos possam



nos seguir. A partir disso, tenho certeza de que o Ministro Mantega nos chamará de novo para conversar, poderá se debruçar na verificação concreta dos números, e teremos a possibilidade de o que já vem em curva ascendente no Brasil poder consagrar-se como um momento mais especial da educação pública em nosso País.

Sr. Presidente, encerro a minha participação neste debate, elogiando o Relator, dizendo que S.Exa., didaticamente, disseçou item por item do relatório. Apenas neste item, faço essa ressalva porque me mantenho com a posição inicial, que fez com que esta Comissão festejasse e se congratulasse com os educadores de todos os matizes e com os estudantes brasileiros, que são os 10% do PIB para a educação brasileira e os 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

Parabéns, nobre Relator.

Muito obrigada.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Dando sequência, por uma inadvertência da Mesa, pulamos o nome do Deputado Pedro Uczai. Peço licença aos seguintes para resgatá-lo na sequência da palavra.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Primeiro a Deputada Fátima que já havia pedido.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, conforme tinha dito ontem, vou distribuir para os Parlamentares, que ainda não receberam, a cópia da nota do Fórum Nacional de Educação. Vou pedir licença a V.Exa. e aos demais colegas Parlamentares para daqui a pouco ausentar-me, porque vou voltar para a reunião do Fórum. Hoje, Deputado Lelo, o Fórum está reunido com todos os coordenadores dos Fóruns Estaduais de Educação de todo o País. Já estive lá dando uma panorâmica de como andam os trabalhos da Comissão Especial. Vou pedir licença para me retirar daqui a pouco.

Por fim, quero me associar à bela intervenção da Deputada Alice e saudar todos aqueles e aquelas que lutam, com muita esperança, pela educação pública



brasileira, em especial a UBES e a UNES, pelo belo ato que fizeram no final da manhã de hoje, defendendo os 10%, os 50% e a aprovação do PNE já.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO** - Sr. Presidente, é só para compartilhar com os Deputados e as Deputadas, com as entidades e com as lideranças que atualizamos, hoje pela manhã, com dados percentuais dos investimentos em educação, a exposição que fizemos ontem. Nós já distribuimos aos Deputados e às Deputadas. Alguns ainda não receberam. Quero compartilhar com V.Exa. também e com as entidades, porque creio que são subsídios importantes, lastreados em pesquisas, em dados acadêmicos, em dados de instituições oficiais, até da Presidência da República, como é o IPEA, e creio que muito nos ajudarão a refletir a importância estratégica de fecharmos, entre outros destaques, com a emenda dos 10% do PIB para a educação.

Agradeço ao Relator o esforço. Já há meio caminho andado, já saiu de 5% para 7,5%. A nossa luta agora não é mais por 10%, saindo do nada, é pularmos de 7,5% para 10%. Ou seja, graças ao Relator, nós vamos lutar, a partir de agora, por mais 2,5% apenas, atingindo os 10%.

Obrigado, Deputado Vanhoni, pela contribuição competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Que a questão de ordem seja questão de ordem mesmo.

**O SR DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - É questão da agenda. Ontem eu fiquei na segunda colocação da fala e hoje já foram chamados os presentes. Os que não estão presentes depois chegam e ainda...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Na sequência estão os Deputados Uczai, Efraim Filho, que não se encontra, Ivan Valente, Gilmar Machado e Professor Setimo. Seriam três dos que estão presentes.

**O SR DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quem chegar logo após não usará a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Terá palavra depois de V.Exas.



Com a palavra pela ordem o Deputado Pedro Uczai.

**O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Sr. Presidente, por deferência da minha bancada, assumi, há duas sessões anteriores, a possibilidade de, como suplente, participar desta Comissão Especial, mas como membro titular da Comissão de Educação e como alguém que propôs cinco seminários em Santa Catarina sobre o PNE — a Deputada Fátima Bezerra teve a oportunidade de visitar Santa Catarina. Eu acho que o ponto de partida da avaliação do relatório do Deputado Vanhoni vai ser um comparativo entre o PNE anterior, este proposto pelo Governo e o que propõe o nobre Relator, para ver a distância de conquistas entre o que foi o PNE nos governos anteriores — não dá para dizer que é PNE —, com os próprios vetos do Presidente Fernando Henrique Cardoso em relação ao financiamento, e o que estamos conquistando neste debate.

Em segundo lugar, a política econômica da Presidenta Dilma, que permite a ampliação de emprego no País, que permite a distribuição de renda no País, que efetivamente coloca a educação como uma das prioridades. Fala-se inclusive em apagão de mão de obra. A minha cidade, Chapecó, tem 5 mil vagas abertas para trabalhadores em diferentes áreas, entre algumas a ausência de mão de obra qualificada. É no conjunto FUNDEB, PRONATEC, PRONACAMPO, institutos federais e universidade federal que percebemos a educação se transformando, dando prioridade ao País de transformar-se numa grande nação. Portanto, são a política econômica, a política social de inclusão e a política de distribuição de renda que colocam a educação como prioridade na agenda política do País. Quem sabe a Europa não esteja muito preocupada com a educação, nem em investir parte do PIB na educação. Lá, estão preocupados com o emprego. Lá, estão preocupados em não perder direitos sociais historicamente construídos, como aposentadoria, programas sociais, direitos sociais, seguridade social.

Nós estamos discutindo no Brasil a ampliação de direitos na área da educação, porque este é um País que está se transformando econômica e socialmente, está dando a grande oportunidade para a sua juventude de ter o que lhe foi historicamente negado: o direito ao emprego. Para se conseguir um emprego não precisava fazer faculdade, não precisava fazer escola técnica, não precisava



estudar muito, podia ser semianalfabeto ou ser mão de obra barata neste País. É isto que nós estamos discutindo, quando estamos falando do PNE.

Em terceiro e último lugar, em relação ao mérito do parecer do Deputado Vanhoni, entre outros destaques, as metas claras, os percentuais, a ampliação da creche ao ensino superior, a formação de professores, a carreira do magistério, que depois do piso permite imaginar uma carreira nacional, tudo isso vai se fazendo e transformando este País e a educação.

Nessa área de mérito, só a educação em tempo integral vai ser a maior revolução deste PNE. Na Meta 6, ao passar de 0,01% para 0,72% do PIB, ou seja, de 1 bilhão e 100 milhões para 11 bilhões e 300 milhões, um gasto de 26 bilhões sobre 418 milhões, vai fazer a grande diferença, do ponto de vista da qualidade da educação, vai ser uma nova arquitetura da escola pública neste País.

Eu quero, não me estendendo, dizer que o núcleo da bancada do Partido dos Trabalhadores tem pautado todo o debate sobre a ampliação progressiva do PIB para a educação, além do pré-sal, o PIB avançar para chegar aos 10%. Nessa perspectiva, o Deputado Vanhoni dá-nos orgulho de participar dessa bancada, dá orgulho de sermos educadores, dá orgulho de estarmos vivendo neste momento da história, com V.Exa. sendo o Relator da matéria.

Não é possível imaginar, com todas as dificuldades que temos neste País, com tanta injustiça e desigualdade social que colhemos neste País, que este PNE não vai ser um grande avanço. E se conseguirmos avançar ainda mais em relação ao financiamento, aí, sim, nós poderíamos ainda mais comemorar essas vitórias, essas conquistas não só do Governo, do Congresso Nacional, desta Comissão de Educação, de V.Exa. como Relator e da Comissão Especial.

Parabéns à Comissão Especial. Parabéns pelo debate democrático construído no âmbito desta Comissão Especial. Tenho a maior alegria de fazer parte da história do País, da Educação brasileira e do Congresso Nacional, de votar o PNE para a próxima meta de 2020/2022, fazendo deste Brasil um país melhor do que é hoje.

Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*



Na sua ausência, com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, queria saudar todos os que estão acompanhando a nossa discussão, particularmente os estudantes.

Eu acho que a maior simbologia dos últimos 20 anos sobre o que acontece com a prioridade no Brasil está naquela tabuleta lá — *Tem dinheiro para banqueiro, mas não tem para a Educação*. Isso resume o que é a conduta governamental de anos para cá. É aquilo ali. Quer dizer, a prioridade não é a educação. Repito: não é a educação. Essa palavra de ordem deveria estar difundida em todas as escolas, nas ruas, em toda a sociedade civil. E o Governo, se fosse mesmo um governo que fizesse uma escolha política, num Plano Nacional de Educação, devia fazê-lo.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero referir-me à frase que o Líder do Governo — não o Gilmar Machado, mas o José Guimarães — disse: *“Quem quer chamar o Ministro aqui não tem interesse em solucionar o problema da educação”*. Quando o Deputado Rogério Marinho contestou, não deixaram S.Exa. falar, mas agora eu vou falar no meu tempo. Quem não tem interesse na educação é o Líder do Governo. S.Exa. precisa respeitar os Deputados desta Comissão, inclusive eu, na condição de primeiro apresentador, de encabeçador do Plano Nacional de Educação de 1998, pelo PT, assinado por todos os Deputados do PT — cinquenta, na época — e do PCdoB. A partir dos grandes congressos feitos em Belo Horizonte, saiu o primeiro Plano Nacional de Educação. Talvez muitos dos estudantes que hoje estão aqui nem tenham a idade do Plano, que foi apresentado e tirado em 1996, 1997. Nós temos compromisso com a educação, mas não é só isso. Para ter compromisso com a educação precisa tirar a limpo, porque a prática é o critério da verdade. Não basta fazer discurso. Não basta ser solidário com uma palavra de ordem. É preciso mobilizar, pressionar. Quando fizemos a convocação do Ministro, ouvi da Deputada Alice o seguinte: *“Não, o Ministro, nós podemos até chamá-lo de volta”*. Não vai chamá-lo de vota. Tem que chamar hoje. Hoje seria o dia. Vai chamar antes de votar o Plano, para que o nosso Relator...

Deputado Angelo Vanhoni, a quem quero homenagear pela amizade que temos, pela tradição política, pelo trabalho e esforço que fez, não podemos concordar com o núcleo central do Plano. Essa é a questão de fundo.



Prestem atenção. A proposta que está sendo apresentada é para 2022. Se for aprovado este ano, nós poderemos gastar 7,5% do PIB em 2022. Não é agora, não. Não é imediatamente. Não é já. É em 2022, daqui a três governos. Quem acompanha para valer o dia a dia da educação, Deputado Vanhoni, quem sabe das greves dos professores que estão pipocando pelo Brasil inteiro, quem sabe que o piso salarial é de R\$ 1.450,00 para 40 horas semanais, mesmo assim ainda não cumprido por alguns Governadores, vive uma degradação do magistério. Quem sabe essa realidade das salas superlotadas para não se contratar novos professores e professoras, sabe que a educação não vai bem. Quem sabe que há 60 milhões de analfabetos e analfabetas funcionais em nosso País sabe que isso é uma vergonha. É a face da vergonha nacional. A maioria dos nossos estudantes não consegue chegar ao ensino superior. Aliás, nem ao ensino médio! Nós sabemos a qualidade da educação. Essa é a questão.

O que estamos discutindo aqui é uma questão estratégica. É um modelo de Brasil, é um projeto de nação. Aqui está embutido um projeto de nação. É quando um governo faz uma escolha para a Nação brasileira. Quando se fala que estamos defasados, que o Brasil é um país emergente, que o Brasil é um país que precisa alavancar para o futuro, ter uma economia pujante, nós estamos falando de um Brasil que precisa ter uma juventude preparada. Estamos falando de educação cidadã e de educação profissional. Estamos falando que para isso, para acabar com a vergonha do analfabetismo, para dar qualidade para a educação, precisa de investimento maciço. Isso aqui não é investimento maciço. Isso aqui não permite que nós consigamos dar, Sr. Presidente, Sr. Relator, um salto de qualidade. Vou dizer por quê. Porque ao estabelecer esse patamar, o próprio Relator vai jogar com as metas ao longo do processo. É evidente. Se esse patamar mínimo não é aceitável, nós vamos diluir ao longo do processo as metas. É uma diluição, Deputado Paulo Rubem. Depois ninguém vai saber o que foi para lá e para cá. Vamos fazer balanço daqui a 10 anos. As metas se diluem ao longo da década, porque não há recursos já, não há recursos novos para podermos atender. Por isso, reforçam-se os programas atuais, como PRONATEC e PROUNI, porque já estão em curso. Digo que aqui continua uma lógica. Para dar conta de aumentar a presença



no ensino superior é preciso transferir recurso público para o setor privado. É preciso negar um modelo de universidade que tem ensino, pesquisa e extensão.

Relator, quantas universidades, que não sejam as públicas, fazem pesquisa neste País? Qual é a porcentagem? É a minoria da minoria. Não há 2% ou 3% de universidades privadas, e elas são responsáveis pelo atendimento de 80% da demanda. Na verdade, nós estamos próximos de 20% ou 25% para a escola pública. Essa é a realidade.

A segunda questão é que o relatório, rigorosamente, Deputado Angelo Vanhoni, avança na mesma lógica que Fernando Henrique estabeleceu: em vez de estabelecer um sistema de educação articulado nacionalmente, avança no Sistema Nacional de Avaliação, ou seja, no ranqueamento, uma meritocracia. Essa é a lógica que se está estabelecendo aqui.

Há questões em relação às quais não podemos concordar com o Relator, Deputado Paulo Rubem. Eu vou dizer quais. Tomem como exemplo IDEB e PISA, que está referida, Deputado Lelo. Prestem atenção. Eu faço questão de ler porque nós temos um grande debate a fazer.

O substitutivo do Relator não alterou essa questão — ele se limitou a rever os valores propostos como metas, com base nos resultados do IDEB e do PISA. Qual é a questão? Na verdade, esses referenciais nunca poderiam ter sido colocados como metas. Eles não são metas; são instrumentos de avaliação e, por isso, nunca poderiam ter sido colocados como metas. Nós queremos atingir a meta do IDEB ou a meta do PISA. Não se trata de meta. A meta diz respeito à qualidade da educação, o que é algo muito mais complexo do que um número que se lança com muitas variáveis, como está sendo feito. Isso pode ser usado para fornecer informações para o planejamento de políticas educacionais, mas nunca como meta. Essa é a questão.

A outra questão, Sr. Presidente, refere-se ao papel da União. Nesse caso, nós voltamos ao financiamento e ao PIB, Deputada Professora Dorinha. A verdade é a seguinte. Todo mundo sabe, está esquadrinhado, nossos convidados e o próprio Relator já discriminaram o papel da União na montagem do gasto público em educação. Nós sabemos que a União gasta pouco, gasta o mínimo, e que não haverá qualidade na educação básica, nem aumento nem oferta nas creches, na



pré-escola, na educação infantil e no ensino médio se a União não entrar pesado. Não haverá melhoria no magistério se não entrarmos pesado. O que eu quero dizer é que a verba é orçamentária. Se há dinheiro do FUNDEB para melhorar a educação básica, vamos, portanto, triplicar ou quadruplicar.

O Deputado Paulo Rubem lembrou algo que eu já tinha visto. O fato é que, quando foi votado o fundo do pré-sal nesta Casa, essa proposta apareceu, e o ex-Presidente Lula vetou 50% do pré-sal. Agora reaparece a discussão dos *royalties*, e vai reaparecer o tempo todo. Já existem *royalties* do petróleo, o pré-sal é para depois, e eu não quero dar ilusão a ninguém, principalmente aos nossos estudantes. Nós vamos falar do novo PNE. O dinheiro que estamos discutindo agora é o dinheiro da educação orçamentária.

A meu ver, ou a União entra num processo de equilíbrio adequado com os Estados e Municípios, mas entra pesado, porque é a que mais arrecada, centraliza e puxa recursos da dívida pública para pagar juros e fazer o superávit primário, ou, desculpe-me Deputada Alice Portugal, rigorosamente, não há enfrentamento de mercado. Quem comanda a economia no nosso País é o mercado financeiro.

Por isso, Sr. Presidente, peço-lhes que prestem atenção. Quando nós queremos discutir seriamente, eu tenho aqui, só para exemplificar — o Paulo já me fornece aqui 18%, 25%, 57% à União, aos Estados e Municípios —, uma discussão em que a campanha da educação fez um debate rico, Deputado Relator. No item 20.7, “*no prazo de 2 anos da vigência deste PNE, será implantado o custo/aluno/qualidade*” — o CAQi. Será progressivamente reajustado até a implementação do CAQi. Serão demandados 2 anos de transição para chegar ao CAQi inicial.

Deputado Angelo Vanhoni, nós apresentamos uma emenda, por meio da qual, no prazo máximo de 1 ano, o CAQi — o custo/aluno/qualidade, não estou falando do inicial — seria definido por portaria do Ministério da Educação.

Vejam: isso é um medidor de qualidade. Quando se pega os números e os fatores do FUNDEB, evidentemente nós entramos rebaixados na proposta e agora estamos tratando do Plano Nacional de Educação. Estamos tratando do futuro, Deputado Gilmar. Investimento real, gente! Para mudar a qualidade é agora, é nessa lei, que é estratégica.



Então, rigorosamente, eu não posso deixar de achar que se trata de uma forma de inserir pequenas melhorias, ao longo do tempo, e acreditar que isso se revelará com uma revolução na educação. De jeito nenhum. Não vai ocorrer isso. Repito: não vai ocorrer isso.

Não haverá ruptura real alguma na qualidade da educação, na implementação, na erradicação do analfabetismo, na melhoria real dos salários e das condições de trabalho do magistério no nosso País, da ampliação nas vagas do ensino superior público. Isso não vai acontecer se não houver outro papel da União, se não houver outro investimento maciço em educação.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que eu sinto muito — refiro-me às pessoas —, porque esta sala estava cheia na hora em que se votou a não vinda do Ministro e agora ela tem poucos Parlamentares para participar do debate.

Rigorosamente, nós temos um compromisso com a educação, mas na hora H vai acabar predominando o pragmatismo governamental. É isso o que acontece. Muitos Deputados defendem os 10%. As entidades também. Só que na hora H nós vamos jogar e dizer: “*Nós queremos qualquer um então*”. Não. Nós queremos trazer o Ministro aqui exatamente para termos condições de dialogar, olhando olho no olho. Nós temos que dar visibilidade à questão da educação.

Por isso, Sr. Presidente, quero transformar o projeto que eu apresentei como substitutivo global — vou conversar com vários Deputados desta Casa — num voto em separado.

Semana que vem, quando chegar a hora da votação, vou apresentar como voto em separado. Depois quero uma informação da Mesa, da Secretaria, de como funcionará. Já está pronto. Eu apresentarei um voto em separado e vou pedir o apoio aos nobres pares, independentemente de concordar com tudo ou com a maioria ou até com menos, mas pedindo o seguinte: quem tem realmente afinidade com as metas apresentadas aqui e com a proposta de 10% do PIB para a educação pode votar num projeto, porque isso tem a ver.

Quando se apresenta uma proposta de 10% do PIB, ter-se-ão metas muito mais ousadas. Ou, então, as metas que são apresentadas com 7% ou 7,5% do PIB serão diluídas e sem eficácia. É evidente.



Por isso, peço a votação desse projeto. Eu vou pedir a votação dos nobres pares, sem prejuízo das emendas, porque muitos podem não concordar com várias questões, Sr. Presidente.

Então, quero fechar essa minha fala pedindo desculpa e agradecendo ao Presidente pela tolerância, e ao Relator, mas dizendo que não partilho da ideia com a situação educacional brasileira de que devemos jogar o jogo do contente, o jogo de Pollyanna: “Olha, está melhorando. Está melhorando aqui, está melhorando ali, tal e tal”. Não! A educação está mal. Nós precisamos de uma ruptura. Nós precisamos de um salto.

É por isso que fiz essas ponderações, baseando-me um pouco, Deputado Gilmar, naquela canção do Geraldo Vandré, de que pediram-me para não falar de tristeza, mas vocês não querem ouvir. Entende? É a realidade da educação: é uma tristeza.

E agora quero dizer que quem estiver com a educação para valer, para mudança, há uma forma de votar: são os 10% do PIB para a educação já. Não é depois, não é diluído daqui a 30 anos, não. Eu digo a V.Exas.: há dinheiro. Não é verdade que não há dinheiro.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nós ajudamos, inclusive.

Então, Sr. Presidente, esta é a nossa proposta. Mais uma vez, quero dizer que ao não concordar com a proposta do Relator não vai nenhum tipo de menosprezo ao seu grande trabalho, à sua dedicação e eficácia no sentido de ouvir todos os setores da sociedade civil, de viajar e de propor-se a tencionar o Governo até certo ponto. Só não gostei quando, na reunião com o Ministro, S.Exa. foi mais Ministro que o Ministro. Mas, de resto, tudo bem.

Era isso o que queria dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan Valente, para sua organização pessoal e ciência ou o inverso, há uma previsão de voto deste relatório do Deputado Vanhoni no dia 15 ou no dia 22. No dia de ontem, o Deputado Angelo entendeu que talvez precise ir até o dia 22. Portanto, qualquer relatório



alternativo para submeter ao enfrentamento de voto precisaria, por segurança, estar pronto até o dia 15.

Sem uso da palavra pelo nosso Rubem, senão ele se apaixonou pelo microfone.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Só está ligado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Eu prometi ao Professor Setimo, Deputado Gilmar, que quem saísse falaria depois dele ao voltar. Assim, vou dar a palavra a S.Exa. primeiro e depois a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Professor Setimo.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO** - Gostei, Sr. Presidente.

Sr. Presidente e demais companheiros Deputados e Deputadas, quero tecer elogios ao nosso Relator, Deputado Angelo Vanhoni, e dizer que o companheiro é o verdadeiro trabalhador da educação. Não podemos calcular sua disposição porque, na realidade, ouvindo todos os companheiros e, por último, o companheiro Deputado Valente, percebemos que a construção desse plano tem dois lados.

Cada cidadão vê a construção na sua ótica. O Deputado Paulo Rubem Santiago tem uma visão, o Deputado Ivan Valente tem outra, e cada Deputado e cada cidadão têm uma visão. O Fórum Nacional tem uma visão sobre o PNE.

Quero dizer com isso, companheiro Vanhoni, que V.Exa. chegou ao final. Vamos ter alguns destaques. Mas quero chamar a atenção, quando se fala no PNE, para a implantação. Para haver implantação, temos que ver a estratégia para aprovação. Se aprovarmos aqui os 10% para o PNE, vamos evitar de levar essa proposta para o plenário. Se essa proposta for levada para o plenário, demorará de 1 a 2 anos.

Basta dizer que já estamos sem um plano educacional durante o ano de 2011. Estamos caminhando para 2012 sem um plano educacional. Nós temos que, o mais breve, o mais rápido possível, ter esse plano, que foi implantado, estudado, pesquisado, discutido por este Brasil afora. Agora é hora de fechar o objetivo maior, que é ter um plano.

Chamo aqui a atenção, com relação à implantação, de três propostas importantes que estão contidas no plano. Vejam: os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar lei específica para seu sistema de ensino, disciplinando



a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de 1 ano, contando da data de publicação. Vamos ter 1 ano para que a União, os Estados e Municípios possam fazer uma articulação, senão nós vamos ter a aprovação do plano, mas não alcançaremos nenhuma das metas nele traçadas.

Cada meta tem um objetivo específico. Embora tenha havido a contestação do companheiro Ivan Valente de que não são metas, são elementos a serem construídos, na minha visão, são metas, embora tenhamos aí vários elementos que, no seu conjunto, serão transformados para obtermos a meta.

E, depois, quando se fala em 10%... Por que são necessários os 10% do PIB na educação? Porque a cada momento o Governo, com a falta do plano, cria programas, como PRONATEC, Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, Programa Educação no Campo. E vêm vários programas. Mas com o PNE, vamos acabar com toda essa segmentação educacional que temos neste País.

Então, os 10% poderão ser suficientes para evitar que, no futuro, a União faça um plano plurianual, e que eu venha aqui solicitar a aprovação de crédito suplementar para as despesas da educação. Para os Estados e Municípios também ocorre o mesmo.

Então, o art. 10 diz o seguinte: “*O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE (...) e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução*”.

Há que se lembrar, companheiro Rubem, que nós temos praticamente de 18 a 19 Estados que ainda não fizeram nem a base do Plano Estadual de Educação. Nós temos mais de 80% dos Municípios sem o Plano Municipal de Educação.

A outra proposta é a seguinte: “*O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, conduzido pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte básica de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para orientação das políticas públicas necessárias*”.



Avaliar através do IDEB... Ninguém vai conseguir ter qualidade de ensino — no ensino médio ou no ensino superior —, porque a nossa deficiência está na origem, na educação infantil.

O Presidente Lula iniciou o programa de implantação de construção de creches. Por sinal, quero dizer que em minha cidade, Timon, a terceira cidade do Estado do Maranhão, no ano passado o gestor municipal construiu cinco creches na periferia, e já está aprovada a construção de mais sete creches.

Então, imaginem, o programa que temos para a construção de creches! Só vamos ter qualidade de ensino neste País quando começar a educação na base, no ensino infantil, a partir dos 3 ou 4 anos de idade. Então, para podermos avaliar e obter êxito vamos demorar 10 anos, 15 anos. A creche é a saída para a qualidade de ensino.

Sr. Presidente, foi apresentada uma proposta para creche noturna. Eu quero aqui dizer que nós devemos suprimir esse artigo que fala sobre a creche noturna. A creche tem como objetivo atender a ação doméstica. Outro detalhe: uma criança ir à noite para uma creche. A creche é, conforme a LDB, diurna, pela manhã e à tarde. Então, eu sou contra a construção, a criação, a implantação de creche noturna.

Ora, quem vai pagar a conta dos 10%? A União é a que menos participa. Não é isso, companheiro Paulo? A União participa com somente 20% aproximadamente, com relação aos 5%. Os Estados, com 40%. Os Municípios participam mais que a União.

Então, Sr. Presidente, eu acho que hoje 10% é um consenso da Casa, independentemente da cor partidária.

Qual a estratégia para aprovar ainda este ano o PNE? É avançar agora, rapidamente, até o final de maio. Vai chegar junho, julho, vai entrar o processo eleitoral, as campanhas, e, se não for aprovado até o mês de junho, adeus PNE. O Fórum Nacional de Educação solicita que no PNE — o art. 13, se não me engano — seja suprimido o artigo que fala que fica criado o Sistema Nacional de Educação. E o Fórum Nacional está querendo implantá-lo, por meio de uma lei, depois de aprovado o Plano. Vai ser outra demora, de 1 ano, 2 anos, para a implantação do PNE.

O Sistema Nacional de Educação tem que ser como está, Sr. Presidente, como é apresentado no relatório. É esse o termo: *“Fica criado o Sistema Nacional de*



Educação". Não existe um local melhor para se colocar a sua criação do que no Plano Nacional de Educação. Lá é que se deve criar o Sistema Nacional de Educação.

Quero dizer com isso, Sr. Presidente, que se vê que os 10% é uma base. O companheiro continua nos seus 7,5%, já podemos chegar a 8,1%, mas acreditamos que durante 10 anos temos um espaço para implantar os 10% do PIB, para que, realmente, o Plano Nacional de Educação deste País possa avançar e ser vitorioso.

Parabéns a todos os que contribuíram para a construção do PNE.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer algumas argumentações. O Deputado Ivan está ocupado e não vai poder ouvir, mas não tem problema, depois nós vamos continuar dialogando. Já conversamos durante muito tempo.

Quero saudar o companheiro Deputado Angelo Vanhoni, porque teve muita sensibilidade, e o Presidente Lelo Coimbra, que permitiu que a Comissão andasse pelo Brasil. Eu acho que o relatório expressa um pouco aquilo que nós pudemos ouvir, porque eu, sendo do interior, ainda sinto que algumas pessoas têm um viés. Nós temos de entender que o Brasil está mudando, está se interiorizando. O Brasil não é mais o país das margens do litoral, não é mais só Rio e São Paulo. O Brasil é muito maior que isso.

Então, o Plano começa a expressar um pouco o interior do Brasil. E o interior brasileiro tem problemas que nós não vamos resolver de uma hora para outra, com uma canetada.

Por exemplo, estamos interiorizando hoje as universidades. Agora, segurar mestre e doutor em cidade pequena... Uma coisa é um mestre/doutor ficar em São Paulo, no Rio, em Curitiba, em Recife. Outra é ele querer morar em Monte Carmelo, como há, hoje, mestres/doutores morando lá. Mas não é fácil conseguir segurá-los ali.

Outro problema é a falta de professores no ensino médio, que não será resolvido de uma hora para outra. Por isso temos que avançar. O piso é uma



questão importante, e a valorização, como é colocada aqui, ajuda-nos exatamente nesse processo.

Nós temos que começar a entender este Brasil, e V.Exa., no relatório, ajuda a colocar um pouco esse processo.

O Deputado Sétimo toca num ponto que nós temos de discutir. Pode ser, então, que a creche não seja noturna. Sou filho de uma servente escolar que trabalhava de noite, e eu tinha que ir com a minha mãe para a escola de noite, porque não tinha onde ficar.

Nós temos de entender que há pessoas que trabalham em turno. E como elas fazem? É muito cômodo falar que a mulher tem de ficar em casa. E quem trabalha em turno? Por exemplo, na Souza Cruz, em Uberlândia, ou na distribuidora da Natura, que tem setecentos funcionários, na maioria mulher, que trabalham em turnos, entram às 18h e saem de madrugada? Vamos fazer o quê? Ou o marido, os dois estão trabalhando. Hoje tem-se que entender que os dois estão fora trabalhando, não é só um.

Temos que entender esta realidade do Brasil. É muito cômodo falar numa realidade que, às vezes, para um lugar... *“Não, a pessoa resolve daqui.”* E como é que fica a outra, que tem essa dificuldade, esse problema? Mesmo nós, trabalhadores da educação. E nós, que trabalhamos à noite, os nossos filhos ficam onde? Muitos são casados professor e professora. E, aí, como fica?

Este debate nós precisamos fazer com muita tranquilidade, entendendo as várias realidades. É muito fácil fazer discurso dizendo que isso não é preciso resolver, porque só pensa no padrão de vida que ele tem, esquece que a vida das outras pessoas não é igual à sua. A minha vida hoje é tranquila, eu tenho condição de fazer algumas coisas, mas não tive no passado.

Temos que entender que estamos fazendo uma legislação para o Brasil, e não a legislação que eu quero para a minha vida e o meu padrão de vida.

Quero cumprimentar V.Exa., porque buscou compreender esse processo.

Quero dialogar um pouco com V.Exa. acerca da educação especial. Eu tenho conversado com muitos pedagogos e muitas pessoas, porque a escola de educação especial é muito simples. É muito fácil dizer que vamos incluir. Nós estamos tentando incluir, mas desmontar uma estrutura de escolas especiais nós não



podemos. E V.Exa. entendeu. Mas acho que pode melhorar no que diz respeito ao art. 38. Acho que V.Exa. vai nos ajudar nesse processo.

Desde o início, V.Exa. buscou dialogar para melhorar o aspecto da receita, e nós estamos fazendo um esforço enorme no Brasil para ajustar. Quem pega... O Deputado Paulo Rubem conhece bem: os números no Brasil nos últimos anos têm melhorado, e nós queremos melhorar cada vez mais.

Nós temos que começar a discutir, e acho que o Plano vai nos possibilitar a isso. Eu compreendo que os 25% são importantes, e nós temos que mantê-los, mas temos que rediscutir o modelo. Digo isso, inclusive, dando o exemplo do Município onde eu nasci, um pequeno Município chamado Cascalho Rico, que tem uma receita grande porque tem o *royalty* de uma usina hidrelétrica que inundou 40% do Município. Só que é um Município de quase 3 mil habitantes, na sua grande maioria aposentados, por quê? Porque é um Município muito pequeno, e os jovens quase não ficam ali. A Prefeitura hoje tem muita dificuldade em gastar dinheiro na educação, porque quase não tem alunos. Desses 3 mil, hoje tem pouco mais de 150 alunos no Município, porque a maior parte é de aposentados, já formados. Então não há necessidade. Como vamos fazer? Ele perde um pedaço, mas o outro pedaço que já está ali ele já não sabe mais o que fazer. Eu dou outros exemplos na minha região, que nós temos também.

Então temos que começar a ajustar esse processo, para que nós possamos permitir que a lei também veja um pouco a realidade de cada lugar. Ao mesmo tempo, V.Exa. trabalhou com uma coisa que acho fantástica. Aquele debate que tivemos com o Ministro Mantega, que muita gente disse que não teve resultado, teve. Ele assimilou a questão do 7,5 direto do PIB do Governo. Nós não estamos tratando do Sistema S, que vai juntar, e se nós juntarmos todos vai dar 8,1.

Então, nós não estamos aqui tratando de PIB, porque do jeito que se está tratando aqui do PIB... Número é isso. Eu tinha um professor de Contabilidade que dizia que o bom contador não é o que faz a contabilidade certa, é aquele que faz ela dar certo. Nós podemos até arrumar um jeito para dar 10% do PIB, mas isso não resolve o nosso problema. Nós temos que ter aquilo que é real e que nós damos conta, de fato, de ao longo do tempo fazer a aplicação. V.Exa. permitiu uma coisa importante: a revisão em 5 anos, para que, em se melhorando ainda mais a curva,



que, tenho certeza, vai continuar no Brasil da economia, nós possamos melhorar e chegar àquilo que nós queremos, que são os 10% do PIB — não o PIB geral, mas o PIB do Governo, apenas do poder público, o que para nós é fundamental.

Eu quero saudar e dizer que vamos acompanhar o seu relatório. Tenho certeza de que V.Exa. vai melhorá-lo ainda mais em algumas questões que nós vamos dialogar. Tenho certeza de que nós vamos debater com muita tranquilidade. Estamos abertos a esse processo. Como discutimos no início do Governo do Presidente Lula, avançamos muito. Logicamente, poderíamos ter avançado mais. A Presidente Dilma Rousseff está fazendo esse caminho do avanço. Precisamos realmente valorizar isso. É exatamente dentro dessa perspectiva que vamos chegar a um consenso para melhorar cada vez mais a qualidade do ensino.

Saúdo todos os que têm ajudado. Não desconsidero ninguém porque todos nesta Comissão se esforçaram. É lógico que nem todos podem estar aqui agora, como eu não estava em algumas reuniões — a Casa é assim mesmo, há momentos em que você tem que ir a outro lugar —, mas todos deixaram registrados seus posicionamentos e estarão aqui para contribuir e muito para que o Brasil tenha um bom plano de educação.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, quero conhecer Cascalho Rico. Vamos fazer uma delegação, parece que está sobrando dinheiro lá para educação. Quem sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não havendo mais oradores inscritos... (*Pausa.*)

O Deputado Alfredo Kaefer abre mão da palavra.

Antes de sua conclusão, Deputado Angelo Vanhoni, parabênz-o por esse esforço inicial. Torço para que ou no dia 15 ou no dia 22 V.Exa. possa nos oferecer um produto para o debate final, com voto.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Gostaria apenas de fazer algumas considerações, Deputado Gilmar, Deputado Setimo, Deputados ainda presentes. Debates durante quase 1 ano e meio 10% do PIB para a educação. Trouxemos especialistas que nos mostraram onde aplicá-los. Nós falamos em 10% do PIB, mas precisamos dizer onde será colocado. Onde a escola vai investir? Na creche? No



salário do professor? Na construção de mais universidades? A diferença básica dos 7,5% que estamos apresentando, com todas as propostas, tanto as apresentadas pelo pessoal da campanha, quanto as do Marcelino, sumariamente está nestes números: na creche, temos que aumentar, em nosso cômputo, mais meio por cento — deixar de pagar R\$3.700,00 pela mesma quantidade de alunos. Temos que colocar 7 mil reais, o valor com que o Marcelino trabalha, do CAQ; no ensino superior, a nossa conta dá 1,35% do PIB. Pela proposta dos 10% do Marcelino, equivale a 2,5% do PIB. Só estou mostrando aos senhores onde está a diferença. O senhor fala dos 2,5% que temos que buscar a mais. Na conta dos 10%, há mais quase 1,5% no ensino superior e meio por cento na creche.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Pois é, na Educação de Jovens e Adultos. Na conta do Marcelino — estou com a planilha dele aqui —, na Educação de Jovens e Adultos, acresce quase 1% a mais do que estamos oferecendo. Nós estamos colocando gastos na Educação de Jovens e Adultos, tanto para os analfabetos funcionais quanto para erradicar o analfabetismo absoluto, o que o Governo não orçou no projeto original. Nós orçamos levando em conta 28 milhões, 14 milhões para a erradicação do analfabetismo absoluto, mais 14 milhões para o analfabetismo funcional.

**(Não identificado)** - O senhor me permite uma indagação, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Só 1 minutinho. Já termino, já lhe abro a palavra.

O Governo não orçou gastos com essa atividade educacional e esse resgate da dívida social na educação com a população, sobretudo a mais pobre e a do interior do nosso País. Nós orçamos 7,5%, não com os valores que o Marcelino levantou, mas com o padrão que é pago hoje — aliás, com o padrão do CAQi inicial. Mesmo assim temos que colocar quase 1% de diferença. *Grosso modo*, se tivéssemos que distribuir os 2,5% de acordo com as planilhas e com toda a discussão que foi feita, teríamos que criar, no ensino superior brasileiro, 1 milhão de vagas presenciais por ano — não é em 10 anos, Deputada Professora Dorinha, é 1 milhão por ano. Nós temos que dizer para onde vai o dinheiro, e, na proposta do



Marcelino e dos companheiros que fazem a conta de 10%, estão dizendo que vai para a criação de 1 milhão de vagas.

O ensino superior tem déficit e uma dívida enorme? Tem, mas a senhora, que já foi gestora, você que é economista, o Professor Setimo, que já foi gestor, o Deputado Alfredo Kaefer, que é empresário e tem responsabilidade com a educação, sabem que é praticamente impossível, hoje, nas condições atuais, criar 1 milhão de vagas de nível superior presenciais. É isso o que estamos apontando com os 10%.

Só para os meus companheiros da UNE que estão aqui presentes, temos 1,5 milhão de vagas presenciais públicas criadas em cem anos no Brasil. Não podemos, de certa maneira, dizer ao Governo, que está colocando a educação como prioridade nacional, investindo no ensino profissionalizante, enfrentando os diversos problemas do sistema educacional como um todo, o seguinte: *“Olha, a partir de amanhã, o Governo tem que construir em 1 ano o que consolidou em cem anos”*. Não há como fazermos esse debate à luz da razão com a área econômica, com a área do Governo, porque é essa conta que os 10% nos impõem, porque é onde temos o grande problema na educação.

Para traduzir em números: a proposta — temos hoje 1,5 milhão de estudantes em escolas públicas presenciais — é que, em 2023, passemos a 10 milhões de alunos nas escolas públicas, gratuitas, presenciais. Isso significa, Professor Setimo, 1 milhão de vagas/ano. O Brasil não tem professores para isso, não tem mestrados para isso, não tem pós-graduação e não tem condições econômicas e financeiras para assumir uma responsabilidade dessas por ano.

Por mais que entendamos a gravidade da chaga social que é o descaso de durante mais de 200 anos a elite que governou o nosso País ter feito um ensino superior apenas para uma pequena elite do nosso País, não podemos exigir que o Governo brasileiro assuma a responsabilidade de em 1 ano enfrentar o problema de cem anos. Não é lógico, Deputado Professora Dorinha. Então, os 10%, do ponto de vista...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Eu entendo que o senhor não goste do Governo que está aí, que faça oposição. Eu entendo. Eu entendo, politicamente, a posição de qualquer um, mas eu não tenho...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Não, a história eu sei, Paulo, eu conheço a história do Brasil, eu conheço a história do Estado brasileiro. Acabei de repetir: a elite que governou o Brasil organizou um sistema educacional público de ensino superior no País apenas para uma pequeníssima elite.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Agora, eu pergunto aos senhores: é possível criarmos 1 milhão de vagas? Segundo o Deputado Paulo Rubem Santiago, isso é possível. Eu acho muito difícil criarmos 1 milhão de vagas por ano, por mais que eu entenda a necessidade de que tenhamos mais verbas para a educação e coloquemos a educação como centro.

Basicamente, as diferenças estão aí. *“Ah, podíamos melhorar o pagamento da creche!”* Eu acho que é uma opção, porque aí estamos falando de pagar melhor salário aos professores que dão aula para as crianças lá na base — lá na base —, o que vai fazer com que as crianças não abandonem a escola, se forem bem formadas. Aí temos condições de enfrentar. É possível colocar mais 0,5% do PIB para o atendimento das nossas crianças no Brasil inteiro? Aí eu acho que é possível melhorarmos.

De tudo o que estudei, de tudo o que vi, eu acho que não precisamos colocar 1% do PIB, quase, para enfrentar o problema da Educação de Jovens e Adultos, para erradicar o analfabetismo, porque o problema, pelo que percebi, com exceção da questão do analfabetismo funcional, está mais na demanda ativa de fazer com as pessoas que tenham o problema do analfabetismo no Brasil, e que o IBGE nos diga onde estão e onde moram hoje, se disponham a frequentar as salas de Educação de Jovens e Adultos do País. Então é um problema de busca e não de recursos.

Nessa lógica, o Ministério da Educação tem argumentos para provar, para demonstrar que não faltam recursos para enfrentarmos esse problema social. Existe um problema de gestão do sistema, e não um problema de dinheiro. Mesmo entendendo os argumentos do MEC e do Governo, e reconhecendo a sua justeza,



procuramos colocar dinheiro para a Educação de Jovens e Adultos, com os mesmos valores que são pagos hoje para o pagamento de um professor na rede pública em média no Brasil inteiro, por isso colocamos recursos.

Agora, não precisamos colocar a mesma soma de recursos que a tabela dos 10% nos orienta a colocar. Precisamos ter um padrão de racionalidade para discutir onde colocar o dinheiro e como nos comportar. Estamos discutindo o Plano Nacional de Educação, que vai orientar os Estados, os Municípios e a Nação nos próximos 10 anos. Não podemos apenas dizer: *“Nós somos a favor de 20%”*. Eu vi Deputado que é a favor de 20%, mas, espere, o Brasil está em processo de reconstrução! Professora Dorinha, há quem defenda o seguinte. Temos 2 milhões de professores hoje no Brasil, e o piso nacional é 1.400 reais. Se aprovarmos essa lei aqui, o salário médio vai passar para 2.800 em 10 anos. Há quem defenda que o salário inicial dos professores seja de 9 mil reais. A senhora foi Secretária de Educação. Eu acho que 9 mil reais é um salário digno para os professores no Brasil, eu concordo com isso. Mas pergunto aos senhores: temos condições de absorver uma proposta como essa e exigir do Governo Federal que banque os outros 8 mil reais ou 7 mil reais de diferença?

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Deputado Angelo Vanhoni, eu gostaria de fazer um encaminhamento sobre esse tema.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Estou concluindo.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - O.k.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Então, existem propostas de toda natureza. O projeto, da forma como está, seria possível ter um pouco mais de recursos? Se perguntassem a mim: *“Se tivéssemos mais recursos, onde o senhor gostaria de colocá-los, Relator?”* Se tivesse mais recursos, sabem onde eu os colocaria? Eu acho que, se nos próximos 10 anos avançarmos com 140 mil vagas, aliás, 160 mil vagas no ensino superior por ano... O Presidente Lula criou 14 universidades federais, com 140 mil vagas presenciais no total, porque cada uma tem 10 mil vagas em média. Foi o Presidente que mais investiu no ensino superior nos últimos 50 anos no Brasil. A proposta que estamos aprovando aponta construir o que o Presidente Lula fez por ano: 170 mil vagas presenciais por ano. Não é 1



milhão que os 10% querem, mas são 140 mil ou 150 mil vagas por ano, e isso já vai dar uma nova realidade ao ensino superior no Brasil.

Então, se eu pudesse responder, se eu tivesse mais 1% do PIB e fosse para 8,5% de investimento direto, eu optaria por colocar isso para reajustar os vencimentos da carreira do magistério como um todo. Infelizmente essa discussão entre nós não se pautou pelo Plano Nacional de Educação. Poucas sugestões vieram pelo Plano — a senhora foi uma das que apensou proposta pelo Plano. Cada Deputado colocou uma ou outra pelo Plano, mas o centro do debate ficou em ser 10% ou 7%. E nós, de certa maneira, “empirizamos” essa discussão, atomizamos essa discussão, positivamos esse debate, e não produzimos uma alternativa do ponto de vista programático para a educação. Por que eu colocaria 1% a mais para a valorização do magistério? Porque 2.800 reais daqui a 10 anos é muito pouco.

Não vamos melhorar a qualidade da educação se aquele estudante lá do interior do Maranhão... Sabe como funciona na França, Deputado Alfredo Kaefer? Numa cidadezinha no interior da França, você entra em uma escola pública e encontra laboratório, computador, biblioteca. O professor do interior ganha o mesmo que ganha um professor em Paris. A escola tem a mesma programação, os mesmos recursos didáticos e as mesmas condições. Quer dizer, aquele professor está dando aula com o mesmo padrão de qualidade de um professor que mora em Paris — uma das cidades mais criativas, mais importantes e de relevância cultural não só para a França, mas para o mundo todo. É a mesma condição. O que queremos no Brasil é isso, e não dá para produzir isso com o padrão de vencimento que têm os 2,3 milhões de professores, se queremos melhorar. Se eu pudesse optar, eu optaria por isso.

O Estado da Professora Dorinha paga 3,3 mil reais. Temos algumas pequenas ilhas em nosso País que conseguem ter condições de valorização um pouco melhor do magistério no Brasil. Mas o Plano Nacional tem que apontar para um padrão nacional, ele tem que pensar a educação do Brasil, ele tem que pensar em todas as crianças, e não apenas nesta ou naquela criança desta ou daquela região, desta ou daquela cidade que tem mais recurso, porque arrecada mais ISS, mais IPTU, porque tem mais receita do Estado, porque tem mais *royalty*, ou porque sabe gerir melhor o dinheiro.



Sr. Presidente, eu recebi até ontem 130 destaques. Com certeza até o término, amanhã, vai passar de 150 o número de destaques. Eu preciso de um pouco mais de tempo, porque quero conversar com a Professora Dorinha para discutir a questão da avaliação, que é uma meta importante para o sistema nacional, diferente do que outras pessoas entendem. Mas eu acho que fixar o IDEB, construir um bom sistema de avaliação, apontar mudanças que vão melhorar os indicadores de qualidade da educação no País é muito importante, tanto quanto essa discussão do financiamento. Por isso quero um tempo para poder discutir com a Deputada Dorinha sobre o destaque que ela fez.

E há outros destaques, como o do Paulo Rubem Santiago, o do Professor Setimo e os de outros Deputados. Eu quero um tempo maior para melhorar o texto, que é passível de melhora, para que possamos construir um entendimento entre nós e para que possamos levar a voto aquilo que não conseguimos construir de consenso. Os 10% possivelmente não terão consenso. Talvez o Relator tenha muita dificuldade de melhorar o texto até a próxima semana.

Portanto, eu gostaria de ter mais 1 semana de prazo para que eu possa estar, na próxima semana, com a cabeça tranquila e junto com a minha assessoria da Câmara — que conta com o Paulo, com o Ricardo, com a Kátia, com a Aparecida, enfim, com um conjunto de técnicos da maior competência. O trabalho pelo qual recebi elogios de todos os Deputados não é um trabalho do Deputado Angelo Vanhoni, é um trabalho construído por diversas mentes e mãos. As entidades contribuíram muito para a construção desse relatório, assim como os Deputados, e foi fundamental a assessoria da Câmara e do Senado, com o João Monlevade e outros técnicos e assessores. O Congresso inteiro veio discutir o Plano Nacional, e o Ministério da Educação também contribuiu de forma decisiva durante esse tempo.

Então peço a V.Exa. mais uma semana de prazo, para que eu possa ter os aperfeiçoamentos do ponto de vista programático, porque o que nós aprovamos aqui servirá de base para, depois, os Senadores opinarem e para que a Presidente Dilma possa sancionar uma lei que oriente a educação do Brasil como um todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado Angelo Vanhoni. Deputado Alfredo Kaefer.



**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Eu estava pedindo uma intervenção na fala do Relator. Preocupa-me muito essa questão dos 10% do PIB na educação, ou até um número menor que eventualmente seja definido, por uma questão matemática: praticamente dois terços da arrecadação desse PIB, seja de 10%, seja de 8% ou qualquer número, é administrado pela União, pelo Governo Federal. Então, se não tivermos, nesses 10 anos, um remanejamento ou uma mudança no pacto federativo e não criarmos mecanismos que permitam que se possa carrear recursos da União para Estados e Municípios, teremos muito problema.

Se forem 8%, se forem 10%, sabemos que o grosso desse investimento terá que ser aplicado em creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e assim por diante. E isso não é responsabilidade da União.

Penso que o Relator deve ficar atento a essa questão, porque, por preceito, a União tem compromisso com o ensino superior. Com os ensinos médio e fundamental ela tem compromisso complementar.

Pergunto: como fechar a conta, se temos metas atreladas ao PIB, e parte dele é administrada pelo Governo Federal? Há que se planejar transferência de recursos dessa parte do PIB para Estados e Municípios, vindos da União. Isso é importante, porque senão a conta, efetivamente, não fecha.

E outra questão que tenho sempre abordado, quando se fala em educação, no conceito genérico, e quando tratamos de ensino superior, é como fazer para que tenhamos, Deputado Vanhoni, um equilíbrio e até uma justiça para com aqueles 6 milhões de alunos que estão na universidade privada e que pagam o banco ou financiam o seu ensino superior, em relação àquele 1 milhão, se não me engano — é mais ou menos esse o número —, de estudantes do ensino superior que recebem gratuitamente o seu ensino.

Dou um exemplo prático: a minha filha estuda na UnB, aqui em Brasília. Graças a ela, estou compartilhando há 1 ano um apartamento funcional, depois de 4 anos no hotel. Ela ganhou uma bolsa agora, está em Paris e ficará este ano lá. Na sala dela, são 27 colegas, das quais 23, como ela, são originárias de escolas particulares. E dentre as 23 de escolas particulares, 20 são de famílias — eu pedi para ela fazer uma pesquisa minuciosa — que têm sustentação econômica. São



filhas de profissionais liberais, de empresários e tal, que poderiam bancar o custo da educação das filhas, mas elas recebem isso gratuitamente. E assim o Brasil está cheio, tanto em universidades...

Eu vou pegar um exemplo da UNIOESTE, da minha cidade, Cascavel. Se você for à noite ao pátio da faculdade, encontrará uma quantidade enorme de carros do ano, de automóveis de última série e tal, de alunos que deixam o seu carrão lá e vão estudar gratuitamente na UNIOESTE, uma universidade estadual pública. E aí tem-se o contrassenso: nas faculdades particulares, estão a maioria dos alunos oriundos de escolas públicas e que não tiveram, muitas vezes, oportunidade de competir num vestibular disputado, e estão lá ou pelo PROUNI, ou pelo FIES, e assim por diante.

Esse é um mecanismo com o qual também deveríamos nos preocupar. Como fazer? Ou através de um financiamento... Poxa vida, um engenheiro que se forma na Universidade Federal do Paraná já é contratado, atualmente, antes de terminar a faculdade; um médico, 1 ano depois, já tem condição de ter pago a sua faculdade inteira. Então, essa é uma situação que deveríamos poder contemplar ou com um serviço de compensação desse aluno que recebeu uma dádiva de ter um ensino nas melhores faculdades, que, via de regra, são as universidades federais, ou de outra forma. Ele recebe isso gratuitamente, e praticamente a metade desses alunos é oriunda de escolas particulares e filhos de pessoas abastadas que poderiam pagar a sua faculdade.

São dois temas que me preocupam muito. Fiquei pensando como eu poderia colocar isso em forma de redação aqui, mas ainda não sei como fazer isso para criar essa justiça e esse equilíbrio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - A Deputada Professora Dorinha quer 1 minuto antes da conclusão do Deputado Vanhoni.

Tem S.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Na verdade, Deputado Vanhoni, eu particularmente concordo com o que o Deputado disse, no sentido de que se tivesse 1% colocaria na área de valorização dos professores, porque, com essa perspectiva de salário, nós vamos afundar de vez,



porque ninguém tem interesse... Os jovens do ensino médio não têm interesse em se dedicar à educação.

Eu, particularmente, acho que, quando nós olharmos o valor *per capita* da educação no Brasil, veremos que o ensino superior está muito próximo ao praticado pelos países da OCDE. Então, eu não colocaria, sob pena de... Lógico que investimento precisa acontecer, mas eu acho que o segmento que nós precisamos aproximar e ampliar o investimento *per capita* é o da educação básica. O segmento onde nós temos a maior distância entre o que é investido nos países que têm melhores resultados na educação, entre os países da OCDE, é a educação básica. Eu acho que o percentual a mais do PIB, que não é para agora, virá ao longo de 10 anos, eu dedicaria à educação básica, num País que tem uma distorção enorme e desigualdades significativas que o Deputado conhece muito bem.

Eu acho que o nosso desafio é... Se a educação básica brasileira estivesse cumprindo com a sua tarefa, não precisaríamos ter cotas nas universidades, porque daríamos instrumentos para todo mundo poder lutar e conseguir a sua vaga na universidade, num sistema mais democrático. Então, na verdade, a gente acaba numa ação afirmativa, que é o próprio princípio, mas o nosso foco tem que ser a educação básica. É onde eu colocaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Vanhoni, para breves considerações.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Eu ia responder ao Deputado Kaefer nessa linha que a Deputada Professora Dorinha abordou. O esforço que nós estamos fazendo no plano é para que os jovens do ensino médio possam concluí-lo, que nós cheguemos daqui a 10 anos com 85% a 90% dos jovens concluindo na idade certa o ensino médio, entre 15 e 17 anos de idade. Para quê? Para que ele possa se formar como cidadão nessa etapa da vida e depois possa pensar em cursar uma instituição de ensino superior.

Quanto ao ensino superior, o papel do Estado... Se melhorarmos a qualidade do ensino médio público do nosso País, nós vamos capacitar a maioria da juventude brasileira.

Hoje nós temos 10% dos jovens do Brasil frequentando instituições privadas de ensino médio, perto de 1 milhão de jovens. É muito, mas é mais ou menos isso.



Possivelmente a sua filha frequentou uma escola particular de ensino médio e depois entrou numa universidade pública, porque são centros de excelência no nosso País. Há uma inversão. Os centros de excelência são públicos e poucos no Brasil, no ensino superior. No ensino médio, a grande maioria é pública, a qualidade da educação não é adequada, e nós não temos investimento.

Se nós formos olhar o investimento do ensino privado na educação, nas escolas, vamos ver a diferença. Nós investimos no ensino médio 30 mil reais por ano, enquanto que no ensino médio público nós investimos 2.500 reais por ano. A diferença é essa.

É por isso que a escola que a sua filha frequentou, que a filha dos senhores e de qualquer um frequenta, no ensino particular, tem qualidade superior. É porque o investimento nessa escola por ano, por aluno, é muito maior, mais do que dez vezes que na escola pública.

Então, nós exigimos um padrão de qualidade na escola pública, mas o Estado brasileiro não garante os investimentos para que essa qualidade seja alcançada. Há um conjunto de fatores que justificam e demonstram a situação que nós temos hoje. Mas o caminho é mais ou menos esse, para que isso não aconteça, como o senhor falou.

E quero só trazer uma informação que estava guardada aqui para a Deputada Professora Dorinha e que eu me esqueci nas duas últimas vezes em que nós conversamos a respeito dos números. Na tabela que eu publiquei como exemplo de onde aplicar o dinheiro, para haver um parâmetro, porque nós não vamos votar tabela, nós vamos votar só o índice, na distribuição dos valores por meta não está o dinheiro da valorização do magistério. Então, para cada meta daquela — da creche, do ensino fundamental, do ensino médio — nós teríamos que distribuir um percentual a mais. E aí o padrão sobe. Não fica próximo ao do FUNDEB, fica mais elevado do que o do FUNDEB. Por quê? Porque, diferentemente do professor que veio fazer a exposição dos 10%, nós optamos por fazer uma meta de valorização do magistério separada. Então, o Custo Aluno-Qualidade, mesmo o inicial, não incorpora esses valores. Por quê? Porque nós colocamos uma meta separada, para que a sociedade, os professores, o magistério como um todo percebam que há uma meta própria que trata da valorização do magistério. Na planilha de 10%, quando a



gente fala do CAQ, esse valor está diluído, porque se calcula quanto custa a qualidade para se pegar 100 crianças no ensino fundamental e dar uma educação de qualidade. Ali estão todos os insumos: a construção da escola, o transporte escolar, a merenda escolar, a alimentação, todo o material didático e, fundamentalmente, o custo do professor, que consome perto de 80% desse valor. A diferença dos nossos valores um pouco para baixo e, às vezes, quase equiparados com os valores do FUNDEB se deve ao fato de que nós não distribuimos os valores ali da valorização do magistério. Quando fazemos isso, o valor do CAQ Inicial sobe significativamente, e aí vemos bem a diferença.

Eu agradeço a oportunidade. E, se o Presidente me deferir esse pedido, eu gostaria de, fora esta semana, no dia 22, na próxima terça-feira, começar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Considero regimentalmente encerrado este debate em torno do relatório final, sem prejuízo, é lógico, dos debates dos destaques posteriormente. Em função de os 120 ou 130 destaques poderem ser, na sua maioria ou na sua qualidade, além da maioria, incorporados ao texto final, com certeza, nós estaremos fazendo um bom uso desse prazo até o dia 22, para que V.Exa. possa, aí sim, trazer o texto final com essas contribuições incorporadas.

Portanto, convoco a próxima reunião, que será ordinária, para o dia 22 de maio, terça-feira, às 14h30min, nesta mesma sala, para o início do processo de votação.

As comunicações das próximas reuniões serão encaminhadas aos *e-mails* institucionais das Sras. e dos Srs. Deputados, das Lideranças e dos consultores, no prazo regimental.